



Assembleia Municipal de Odivelas

ATA Nº 1B/2014

**ATA DA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2014  
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS**

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano dois mil e catorze pelas vinte horas e trinta minutos reuniu a **Assembleia Municipal de Odivelas**, em **2ª Sessão Extraordinária de 2014**, no **Salão Nobre dos Paços do Concelho**, sito na Quinta da Memória, Rua Guilherme Gomes Fernandes, em Odivelas, sob a Presidência de Miguel Filipe Pardal Cabrita, como Presidente, António José Real da Fonseca e Deolinda Martins, como 1º e 2ª Secretários, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

**I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

**II - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

**III - PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

**PONTO 1 –** Regimento da Assembleia Municipal de Odivelas. -----

**PONTO 2 –** Aprovação de Atas. -----

**PONTO 3 –** Designação do Fiscal Único Suplente da “Municipália – Gestão de Equipamentos e Património do Município de Odivelas, E.M.”. -----

**PONTO 4 –** Designação de Presidente de Junta de Freguesia para representação na Comissão Municipal de Defesa da Floresta. -----

**PONTO 5 –** Discussão sobre Competências e Eleição da Comissão Executiva Metropolitana. -----

**O Senhor Presidente da Assembleia** deu posse ao Sr. Deputado Municipal **Paulo Alexandre Sousa** da bancada do **BE** e à Sra. Deputada Municipal **Cristina Maria Jerónimo Lopes Azevedo** -----



Assembleia Municipal de Odivelas

P  
S  
D

Nos termos legais aplicáveis, realizaram-se as seguintes substituições: -----

Na bancada do **PS**, o Membro da Assembleia Municipal **Tânia Beleza**, pelo Membro **Alcina Trindade**; -----

Na bancada do **PS**, o Membro da Assembleia Municipal **Rui Cabral**, pelo Membro **Pedro Caetano**; -----

Na bancada do **BE**, o Membro da Assembleia Municipal, **José Falcão**, pelo Membro **Paulo Sousa** -----

Na bancada da **CDU**, o Membro da Assembleia Municipal, **António Pedro**, pelo Membro **Cristina Azedo** ---

Distribuída a folha de presenças aos Membros da Assembleia Municipal, verificou-se a presença dos **36** Membros da Assembleia Municipal, tendo-se registado as ausências de, Isabel Galriço Neto pela bancada de Odivelas Merece Mais -----

A Câmara Municipal fez-se representar na Assembleia Municipal, nos termos legalmente aplicáveis, tendo estado presente a Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Hugo Martins e 9 Vereadores que compõem o executivo camarário, tendo-se registado as presenças dos Sr. Vereadores, Senhores Vereadores Carlos Bodião e Sandra Pereira da bancada do PSD, e Rui Francisco, pela bancada da CDU ---

Havendo quórum, o **Senhor Presidente** deu início ao **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**. -----

No âmbito do PAOD, Usaram da palavra os seguintes membros da Assembleia Municipal: -----

**Fernando Painho**, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção; que seguidamente se transcreve: -----

Na sessão anterior foi aprovada por unanimidade uma moção da CDU no sentido de solicitar aos grupos parlamentares com assento na Assembleia da República as alterações legislativas concernentes a impedir que as taxas deliberadas nas Assembleias Municipais e que incidem sobre os operadores de serviços pudessem ser repercutidas sobre os consumidores finais, referimo-nos evidentemente à taxa municipal de direito de passagem e à taxa de ocupação de subsolo, gostaria de saber se a moção foi enviada aos grupos parlamentares e se os mesmos deram alguma resposta em relação ao assunto. Em nome da bancada da



Assembleia Municipal de Odivelas

P  
L  
R

CDU gostaria que o Sr. Presidente providenciasse junto de quem de direito o esclarecimento das seguintes questões: -----

- Quem no executivo camarário tem a responsabilidade e o controlo do pagamento destas taxas? -----
- Como é feito esse controlo? -----
- Quais as entidades que de forma direta ou indireta interferem no processo? -----
- Qual o método de cálculo pelo qual a ERSE define o montante a pagar nas faturas do gás e é ainda repercutido sobre os consumidores finais? -----
- Quais os montantes pagos pela Lisboagás ao Município de Odivelas? Em particular gostaríamos de ser informados de como é feito e por quem o confronto de valores entre as faturas emitidas pela Lisboagás e os montantes efetivos entregues por esta ao município de Odivelas? -----

António Ramos, pela bancada do PS; -----

João Curvêlo, pela bancada do BE, proferiu uma intervenção no sentido de a moção do BE relativa à lei 75/2013 sobre o novo regime jurídico da área metropolitana de Lisboa fosse admitido no PAOD como deve ser, mas depois fosse discutida no ponto 5 da Ordem de Trabalhos. -----

Alcina Trindade, pela bancada do PS -----

Luís Salmonete, pela bancada do PSD; -----

Carlos Roda, pela bancada do PSD, -----

António Monteiro, pela bancada da CDU. -----

Pelo Senhor Presidente da Assembleia, foi colocada à votação a discussão do documento acima apresentado tendo sido **Aprovado por Unanimidade**. -----

Pela Bancada do BE foi apresentado uma Moção (Documento nº 1) sobre "**Condições de Precariedade laboral no call center da EDP da Póvoa de Santo Adrião**", que seguidamente se transcreve:

Considerando que: -----

1. Os trabalhadores afetos ao *call center* das EDP executam tarefas permanentes e impreteríveis ao grupo EDP (nomeadamente à EDP Distribuição, EDP Comercial e EDP Serviço Universal). Muitos destes trabalhadores fazem-no há mais de 20 anos e são a voz de todos os serviços que o grupo EDP presta; -----
2. Existem quase dois mil precários a trabalhar em três *call centers* que prestam serviços ao grupo EDP. Um destes *call centers* está situado na freguesia da Póvoa de Santo Adrião, concelho de



Assembleia Municipal de Odivelas

P  
L  
S

Odivelas, sendo gerido pela *Tempo Team* (empresa de trabalho temporário do grupo da Randstad). Recentemente, a EDP procedeu a novo concurso, o qual foi ganho pela empresa espanhola INCRA, que ficará responsável pelo *front office* de primeira linha das atividades da EDP no mercado livre residencial; -----

A existência de denúncias recentes dos trabalhadores destes *call centers*, as quais dão conta de situações laborais que merecem a preocupação e denúncia da situação de incumprimento do Código do Trabalho. Desde logo, a empresa INDRA, que tem como prática a renovação de contratos ao mês e que baixou os salários dos seus trabalhadores em cerca de 100 euros (para €485 e €500 mensais), estará a usar “contratos de natureza temporária e duração incerta” para a execução de funções efetivas e permanentes. Desta forma, os trabalhadores dos referidos *call centers* não estão abrangidos pela contratação coletiva vigente nas empresas do Grupo EDP – para as quais prestam serviço permanente; -----

O Grupo EDP está em processo de negociação coletiva com os sindicatos para a revisão do seu Acordo Coletivo de Trabalho e, nessa negociação, estão as empresas para quem estes trabalhadores permanentemente prestam serviço. -----

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário no dia 24 de Fevereiro de 2014, delibera: -----

Manifestar o seu repúdio pela violação dos direitos básicos dos trabalhadores, condenando o recurso a contratos de natureza temporária para funções efetivas, assim como a precariedade laboral a quem estão sujeitos estes trabalhadores; -----

Solicitar à Autoridade para as Condições no Trabalho (ACT) que garanta o cumprimento da legalidade e dos legítimos direitos destes trabalhadores. -----

Pela Bancada do BE foi apresentado uma Moção (Documento nº 2) sobre “**Declaração de inconstitucionalidade da proposta de referendo sobre a co adoção de crianças por casais do mesmo sexo**”, que seguidamente se transcreve; -----

Em Maio de 2013, a Assembleia da Republica deu início ao processo legislativo com vista a garantir o direito a ser co adotado por casais do mesmo sexo. Este projeto-Lei foi aprovado na generalidade, tendo merecido votos de deputados de todas as bancadas. -----

Nos últimos meses, a Primeira Comissão da Assembleia da República desenvolveu um trabalho aprofundado sobre o diploma aprovado. Passados mais de seis meses, e dezenas de audições, um grupo de deputados da Juventude Social-Democrata apresentou uma proposta para a realização de um referendo sobre esta matéria. Esta proposta tinha como principal objetivo impedir a conclusão do processo legislativo.



Assembleia Municipal de Odivelas

P  
B  
D

O Tribunal Constitucional, chamado a pronunciar-se pelo Presidente da República, declarou inconstitucional a proposta de referendo, considerando que as perguntas não permitem uma "perfeita consciencialização" das e dos cidadãos, tendo ainda acrescentado que estas poderiam levar "à contaminação recíproca das respostas, não garantindo uma pronúncia referendária genuína e esclarecida". -----  
Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário no dia 24 de Fevereiro de 2014 delibera: --

1. Saudar todas as associações, movimentos e ativistas que, ao longo das últimas décadas, se empenharam no combate à homofobia e na defesa dos direitos sexuais; -----
2. Sublinhar a decisão do Tribunal Constitucional, apelando simultaneamente à Assembleia da República para que termine o processo legislativo em curso, sem recurso a qualquer referendo; ---
3. Apelar aos Grupos Parlamentares com representação na Assembleia da República para que legislem no sentido do reconhecimento do direito pleno à adoção de crianças por casais do mesmo sexo. -----

Pela Bancada do BE foi apresentado uma Moção (Documento nº 3) sobre "**o Novo Regime Jurídico da Área Metropolitana**", que será discutido e Aprovado no Ponto 5 da Ordem de Trabalhos; -----

Pela Bancada do BE foi apresentado uma Recomendação (Documento nº 4) sobre "**Elaboração do Plano Estratégico de Ruído**", que seguidamente se transcreve: -----

Considerando que: -----

1. O ruído é um dos principais problemas ambientais – especialmente em meios urbanos altamente populosos, como o concelho de Odivelas –, colocando em causa a sustentabilidade ambiental; -----
2. A exposição excessiva ao ruído é igualmente um problema de saúde pública, sendo a qualidade de vida dos cidadãos por este severamente afetada; -----
3. A Diretiva 2002/49/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de junho de 2002, determina que os concelhos mais populosos têm de aprovar mapas estratégicos de ruído, que permitam orientar a elaboração de planos de ação para a redução dos impactos do ruído; -----
4. Segundo o número 2 do artigo 7º da diretiva, "Os Estados-Membros aprovarão as medidas necessárias para garantir que, até 30 de Junho de 2012 e, daí por diante de cinco em cinco anos, sejam elaborados e, se for caso disso, aprovados pelas autoridades competentes mapas estratégicos de ruído relativos à situação no ano civil anterior para todas as aglomerações e para todos os grandes eixos rodoviários e ferroviários"; -----
5. As câmaras municipais são as entidades responsáveis pela elaboração dos mapas estratégicos de ruído, que deverão ser enviados para a Agência Portuguesa de Ambiente (APA) que remeterá os



Assembleia Municipal de Odivelas

P  
B  
D.

mesmos para a Comissão Europeia e dará nota pública das suas conclusões. Esses resultados serão a base dos planos de ação e deverão ser revistos de cinco em cinco anos; -----

6. O concelho de Odivelas tem mais de 140 mil habitantes, concentrados em cerca de 27km<sup>2</sup>, e é atravessado por diversas vias rodoviárias de alta densidade de tráfego; -----

7. A Câmara Municipal de Odivelas ainda não elaborou o mapa estratégico de ruído do concelho, respeitante à situação no ano de 2011, como impõe a diretiva comunitária. -----

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário no dia 24 de Fevereiro de 2014, recomenda ao executivo municipal que elabore, no prazo máximo de seis meses, o mapa estratégico de ruído do concelho de Odivelas. -----

Pela Bancada do **BE** foi apresentado uma Recomendação (Documento nº 5) sobre "**Garantia de pluralidade no Boletim Municipal**", que seguidamente se transcreve: -----

Garantia de pluralidade no Boletim Municipal -----

A alínea b) do Artigo 6º dos Estatutos da Entidade Reguladora da Comunicação (ERC) define que estão sujeitas à supervisão e intervenção do conselho regulador «As pessoas singulares ou coletivas que editem publicações periódicas, independentemente do suporte de distribuição que utilizem». As publicações das autarquias locais estão, por isso, sujeitas às disposições legais aplicáveis. -----

O Artigo 8º da Diretiva 1/2008, da responsabilidade da ERC, estabelece que "Tratando-se de publicações de titularidade pública e sujeitas ao respeito pelo princípio do pluralismo e ao princípio do equilíbrio de tratamento entre as várias forças políticas presentes nos órgãos municipais, encontram-se obrigadas a veicular a expressão dessas diferentes forças e sensibilidades e em matérias relativas à atividade autárquica". Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário no dia 24 de Fevereiro de 2014, delibera: -----

Recomendar à Câmara Municipal de Odivelas que respeite o princípio da pluralidade existente nos órgãos autárquicos, o qual, nos termos dos Artigo 8-A da Diretiva 1/2008, deve «consubstanciar-se na criação de espaços editoriais dedicados à intervenção dessas mesmas forças». -----

**Lídia Mateus**, pela bancada da **CDU** -----

Pelas **21h20**, os trabalhos foram interrompidos. -----

Pelas **22h00** os trabalhos foram retomados. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

E  
D

Retomada a discussão usaram da palavra os seguintes Membros da Assembleia Municipal: -----

Pela Bancada da **CDU** foi apresentado uma Proposta de Recomendação (Documento nº 6) sobre "**Amianto nas Escolas do Concelho**", que seguidamente se transcreve: -----

A bancada da CDU vem mais uma vez a este fórum alertar para a urgência de uma tomada de posição da Câmara Municipal de Odivelas sobre a existência de amianto nas instalações das escolas do concelho. ---  
Esta questão é demasiadamente séria e de tal forma transversal que assume uma natureza apartidária, que nos afeta a todos, afeta as nossas famílias e os nossos filhos e nunca poderá ser vista de uma simples e redutora perspetiva economicista. -----

Temos a consciência que se trata de uma ação urgente que deverá ser tomada em prol da saúde pública, pelo que é apresentada a presente Proposta de Recomendação. -----

Desta forma e considerando que: -----

- As notícias recentemente vindas a público dão conta da morte de trabalhadores alegadamente provocada pela exposição prolongada a ambiente com amianto, o que constitui um sério alerta para que se encare como prioritária a remoção deste material nos equipamentos que o contêm. -----
- Existe legislação nacional e normas comunitárias que determinam que se proceda ao recenseamento dos edifícios que contenham amianto e à sua imediata remoção. -----
- Em Odivelas o amianto está presente na construção de 22 escolas do Concelho: 14 do 1º Ciclo e Jardins de Infância, 5 do 2º e 3º ciclo e 3 do Ensino Secundário. -----  
Nestes estabelecimentos estudam milhares de alunos e trabalham largas centenas de pessoas que estarão potencialmente em contacto com este material altamente cancerígeno e que provoca sérios e reais problemas para a saúde destas pessoas. -----
- A maioria destas escolas encontram-se sob a esfera de competências da Câmara Municipal, por via do contrato de execução celebrado entre este Município e o Ministério da Educação. -----

**A Assembleia Municipal, reunida em plenário na Sessão Extraordinária de 24 de Fevereiro de 2014, vem recomendar à Câmara Municipal de Odivelas que: -----**

1. Instrua os serviços para a elaboração, no prazo de 120 dias contados desde a apresentação desta proposta, de um plano de ação calendarizado com as ações entendidas necessárias para a remoção total das fibras de amianto existentes nos estabelecimentos de ensino da rede pública do Concelho sobre os quais a autarquia tem responsabilidades e competências assumidas; -----  
Requeira ao Governo e ao Ministério da Educação o cumprimento das imposições comunitárias e da Lei nº 2/2011, de 9 de Fevereiro que determina a remoção de amianto em edifícios, instalações e equipamentos públicos, procedendo-se à retirada de amianto existente nas escolas secundárias e



Assembleia Municipal de Odivelas

*(Handwritten signature)*

nas escolas básicas do 2º e 3º ciclo que se mantêm na sua esfera de responsabilidade e competência, ponderando, no caso de não se registar uma célere inflexão no incumprimento, a denúncia deste ato negligente junto das competentes instâncias europeias (Comissão Europeia e Parlamento Europeu). -----

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia**, foi colocada à votação a discussão do documento acima apresentado tendo sido **Aprovado por Unanimidade**. -----

**Susana Santos**, pela bancada do **PS**; -----

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia** foi dada a palavra ao **Senhor Vice-Presidente da Câmara** para prestar os devidos esclarecimentos. -----

**João Curvêlo**, pela bancada do **BE** proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve;-----

Assistimos a uma intervenção por parte do PSD no início desta Assembleia sobre a retoma da economia, a criação de emprego como se isto estivesse tudo bem, mas não vale a pena mascarar os números, porque sabemos que o que cresceu dois tipos de emprego e com uma subida ligeiríssima o emprego acima das 41h semanais e uma subida muito acentuada do emprego abaixo das 8 horas semanais, aquilo a que o PSD chama retoma da economia é na verdade sub emprego, precariedade e sobretudo a destruição do contrato social que implicava a divisão do dia em 8h para trabalhar, 8h para viver e 8h para descansar esse rasgar do compromisso social do século vinte é isso que a bancada do PSD nesta assembleia chama de crescimento da economia e retoma do emprego. -----

Mas o que me trouxe aqui foi falar sobre o call center da Póvoa de Stº Adrião e a situação que se vive hoje neste call center, é um dos maiores do País, os trabalhadores prestam um serviço efetivo para a EDP, mas que no entanto são subcontratados por uma empresa espanhola chamada INDRA e viram os seus salários, reduzidos em 100€ no seu rendimento mensal, por isso pedíamos que esta assembleia não ignore esta situação e que apele para que se faça cumprir a lei e que estes trabalhadores passem a funcionários da EDP, já que prestam serviço efetivo para a EDP. -----

**António Monteiro**, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

O Governo PSD/CDS divulgou no início do presente mês a proposta final de Acordo de Parceria 2014-2020 que remeteu para a Comissão Europeia, a qual pretende constituir-se como um elemento orientador do investimento público a realizar a nível nacional nos próximos sete anos. -----





Assembleia Municipal de Odivelas

P  
S  
D

Não obstante a redução do financiamento comunitário, em valores um pouco superiores a dez por cento face ao anterior quadro comunitário de apoio, a importância desta proposta de Acordo de Parceria fica, ainda assim, evidenciada pela dimensão significativa, embora certamente insuficiente face às necessidades, dos meios financeiros comunitários diretamente mobilizados através de um Quadro Financeiro Plurianual de cerca de 25,24 mil milhões de euros, incluindo 4,06 mil milhões de euros de fundos agrícolas. -----

Tal como ocorreu no passado, em especial com o último QREN (2007-2013), a aplicação em concreto dos meios financeiros incluídos neste Acordo de Parceria está balizada pela aplicação da Estratégia 2020 e pelo Pacto de Estabilidade, num contexto condicionador agora reforçado pela aprovação do Tratado Orçamental. Neste contexto as prioridades essenciais são definidas pela Comissão Europeia sem terem em devida conta e atenção as especificidades e diferentes situações sociais e económicas de base, dificilmente podendo constituir-se como resposta mais adequada a um plano de desenvolvimento nacional e regional que responda às necessidades de transformação do atual modelo de desenvolvimento económico do país, à promoção da coesão interna e à convergência real com a média comunitária. -----

Em vez de procurar limitar e minimizar os efeitos perversos de uma definição exterior e distanciada da realidade, do que são e/ou devem ser as prioridades nacionais, o Governo PSD/CDS optou por elaborar e apresentar publicamente uma proposta final de Acordo de Parceria sem que tenha suscitado ou ocorrido um debate político prévio, sem uma adequada e necessária auscultação alargada de todos os parceiros sociais, sem os contributos de órgãos intermunicipais, metropolitano e regionais, nem uma participação suficiente das associações representativas das autarquias. -----

O país e os portugueses – a quem este Governo PSD/CDS tenta agora, por todos os meios, com muita fantasia e propaganda fazer crer que os sacrifícios, os dramas, o grave e brutal retrocesso no seu padrão de vida valeram a pena – necessitavam de um outro Acordo de Parceria e de um 5º Quadro Comunitário de Apoio com uma outra orientação e com um outro rumo estratégico, por exemplo: -----

- que pugnassem pelo aumento, gestão democrática e descentralizada e pelo acesso atempado e desburocratizado aos fundos comunitários por Portugal, -----

- que pudesse contribuir para o reforço e modernização do sistema produtivo nacional nomeadamente do sector empresarial do Estado e das micro, pequenas e médias empresas, a criação de emprego, a educação, a formação e a investigação públicas, o reforço dos serviços públicos e a criação das infraestruturas necessárias ao país, -----

- que garantisse o apoio, de forma significativa e sem condicionantes externas, à atividade industrial do país, visando o seu crescimento e modernização, ao sector comercial, particularmente o comércio tradicional, de forma a permitir a respetiva modernização, bem como do sector cooperativo, em toda a sua diversidade, -----

que assegurasse o desenvolvimento equilibrado de todo o território nacional, corrigindo assimetrias inter/intra-regionais e que garantisse o apoio adequado e reforçado às regiões ultraperiféricas. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

*[Handwritten signatures and initials]*

O que o país e os portugueses necessitavam era de uma política de definição e gestão dos fundos comunitários que tivesse como objetivo central a concretização de uma verdadeira coesão económica e social! Precisávamos/Precisamos de um país mais qualificado, mais preparado e com mais emprego! ----- Terminaria, descendo ainda à nossa realidade ou escala local, solicitando, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, à Câmara Municipal que nos sejam prestados, em matéria de candidatura aos fundos do 5º Quadro Comunitário de Apoio (e possivelmente o último), os seguintes esclarecimentos: -----

1. Quais os eixos prioritários definidos, os programas integrados e os projetos em concreto que serão, em perspetiva, alvo de candidatura por parte do Município aos fundos comunitários? -----

Como se propõe o Município a encarar um dos problemas que se irá colocar com maior intensidade no próximo quadro comunitário relacionado com o assegurar do co financiamento nacional/local, considerando que o mesmo passou também a contar para os limites do endividamento? Que reuniões foram já realizadas com outros Municípios do Distrito de Lisboa para efeitos de avaliação e/ou preparação estratégica e discussão conjunta de projetos intermunicipais integrados com eventual viabilidade em matéria de obtenção de financiamento europeu? -----

**Edgar Valles**, pela bancada do **PS**; -----

**Luís Salmonete**, pela bancada do **PSD**; proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

A Quercus apresenta queixa à Comissão Europeia sobre incumprimento da legislação sobre ruído em Portugal. -----

Esta intervenção vem a propósito da moção apresentação pelo BE que a meu ver está mal elaborada,----- Existe de facto uma Carta de Ruído só que não está atualizada e o Plano de Ação não está feito, aliás é interessante ter em atenção o seguinte: -----

A Quercus enviou dia 10 de fevereiro, uma queixa dirigida à Comissão Europeia sobre o incumprimento grave da legislação europeia em vigor sobre ruído ambiente em Portugal, com risco de exposição a níveis elevados de ruído, prejuízos para a saúde e qualidade de vida das populações, com particular incidência nas zonas urbanas. -----

**Diretiva sobre Ruído Ambiente** -----

A Diretiva sobre Ruído Ambiente aprovada em 2002 e transposta para o direito português, obrigava os Estados-Membros à elaboração e aprovação de mapas estratégicos de ruído (MER) para as principais aglomerações e grandes aeroportos, rodovias e ferrovias de elevado tráfego. A mesma Diretiva obrigava à elaboração e aprovação de planos de ação (PA), a fim de prevenir e reduzir o ruído ambiente, sempre que necessário e, em especial, quando os níveis de exposição são suscetíveis de provocar efeitos nocivos para a saúde. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

*[Handwritten signature]*

**Primeira fase de implementação da Diretiva** – mapas maioritariamente feitos mas planos de ação em falha. -----

A transposição da Diretiva para o direito português determinou o início da 1ª fase da sua implementação, com a elaboração dos primeiros mapas estratégicos de ruído relativos ao ano de 2006. De acordo com dados da Agência Portuguesa do Ambiente de novembro de 2013: -----

- Aglomerações: o município de Lisboa é a única aglomeração abrangida pela 1ª fase, cujo mapa estratégico foi entregue e submetido à Comissão Europeia (CE), estando em falta o respetivo plano de ação (atualmente em processo de finalização); -----

- Aeroportos: a APA aprovou e submeteu à Comissão o mapa estratégico de ruído relativo ao Aeroporto de Lisboa, o único abrangido pela 1ª fase; o respetivo plano de ação encontra-se em fase de reformulação; -----

- Rodovias: 57 dos mapas estratégicos de ruído (de um universo de 60) foram entregues, aprovados pela APA e reportados à Comissão; apenas um plano de ação foi reportado à APA, relativo à A22/IC4-IP1 Portimão/Faro; -----

- Ferrovias: todos os mapas estratégicos foram entregues, aprovados pela APA e reportados à CE, mas estão em falta os respetivos planos de ação. -----

Refira-se que, no que respeita a alguns casos relativos à 1ª fase, contam-se já atrasos de sete anos na elaboração e aprovação dos MER e de seis anos na elaboração e aprovação dos PA. -----

**Segunda fase de implementação da Diretiva – incumprimento generalizado** -----

Os mapas estratégicos de ruído (MER) e os planos de ação (PA) da 1ª fase são reavaliados e alterados de 5 em 5 anos a contar da data da sua elaboração. A estes acrescem MER e PA para novas aglomerações e grandes rodovias, ferrovias e aeroportos por alargamento dos critérios de seleção na 2ª fase, os quais têm por base o ano de 2011. De acordo com informação enviada pela Agência Portuguesa do ambiente (relativa apenas à 2ª fase e excluindo a 1ª fase): -----

- Aglomerações: os municípios do Porto, Matosinhos, Amadora, Oeiras e Odivelas ainda não entregaram à APA os seus mapas estratégicos. Nenhum plano de ação foi elaborado e enviado à APA; -----

Relativamente aos Aeroportos, Rodovias e Ferrovias não vale a pena mencionar a situação atual. -----

Refira-se que no que respeita à 2ª fase, existem já atrasos de dois anos na elaboração e aprovação dos MER e de um ano na elaboração e aprovação dos PA. -----

O incumprimento da Diretiva motivou a queixa da Quercus à Comissão Europeia. -----

A Quercus constatou, pelo exposto, que existe um grave incumprimento da Diretiva sobre o Ruído Ambiente, quer na elaboração e aprovação de mapas estratégicos de ruído e planos de ação, quer na aplicação de medidas pelas autoridades locais para reduzir o ruído em zonas urbanas onde são ultrapassados os valores legais. -----

Esta situação traduz-se num prejuízo significativo para a saúde de muitos portugueses. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Handwritten marks: a circled 'P', a large 'X', and a signature.

O ruído tem sido um problema sistematicamente esquecido pelas autoridades competentes e ignorado pela população nas cidades portuguesas. -----

É evidente que este problema revela-se mais preocupante na cidade de Lisboa mas não há dúvida que se coloca igualmente em Odivelas e nos municípios que são mencionados na queixa da Quercus e assim sendo no passado dia 11 de fevereiro as rádios nacionais, nomeadamente a TSF, mencionavam Odivelas como sendo um dos municípios que está em situação de incumprimento no que diz respeito às diretizes europeias sobre o ruído. -----

Esta é uma chamada de atenção do PSD sobre esta matéria que nos deve preocupar a todos. -----

**Eduarda Barros**, pela bancada do **PS**; -----

**João Curvelo** - proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve -----

Quero dizer que alteramos o texto para ser até ao final do ano em relação à moção do ruído para que o PS possa acompanhar as palavras do Sr. Vereador, Presidente em Exercício uma segunda intervenção sobre a falta de informação por parte da bancada do PS sobre o call center da Póvoa de Stº Adrião, tem o presidente da junta de freguesia da póvoa e mau seria se não estivesse inteirado deste assunto sendo um dos maiores empregadores da freguesia. -----

Outro assunto é para perguntar ao deputado Edgar Valles sobre o que está a falar, porque nós apresentámos os documentos com doze horas de antecedência porque era domingo. -----

Outro assunto é sobre a lei 75/2013 ela vinha na ordem de trabalhos e o PS tem obrigação de conhecer a lei e os contornos da discussão que estamos a ter aqui. -----

Presidente da União de Freguesias Póvoa de Santo Adrião/Olival de Basto, **Rogério Breia**, pela bancada da **PS**; -----

**A Moção Nº 1**, sobre "**Condições de Precariedade laboral no call center da EDP da Póvoa de Santo Adrião**", foi colocada à **votação** tendo sido **Aprovada por Maioria**, com os votos a favor d o **BE** e **CDU**, **abstenção do PS e PSD**; -----

**A Moção Nº 2**, sobre "**Declaração de inconstitucionalidade da proposta de referendo sobre a adoção de crianças por casais do mesmo sexo**", foi colocada à **votação** tendo sido **Aprovada por Maioria**, com os votos a favor do **PS**, **BE** e **CDU**, **abstenção do Edgar Valles e Nuno Gaudêncio** e com os votos contra do **PSD** -----



Assembleia Municipal de Odivelas

*(Handwritten signature)*

*(Handwritten signature)*

Pelos Membros da Assembleia Municipal, **Susana Santos em Nome Individual e João Curvêlo**, da bancada do **BE**, foram apresentadas declarações de voto que serão transcritas em ata. -----

**Susana Santos** - "É uma declaração de voto individual. Para além do que está exposto nesta Moção, eu entendo que referendar direitos individuais, submete-os à vontade de uma maioria é o fim de uma democracia e portanto, acho inaceitável esta proposta de referendo." -----

**João Curvêlo** - Em Maio de 2013, a Assembleia da Republica deu início ao processo legislativo com vista a garantir o direito a ser co adotado por casais do mesmo sexo. Este projeto-Lei foi aprovado na generalidade, tendo merecido votos de deputados de todas as bancadas. -----

Nos últimos meses, a Primeira Comissão da Assembleia da República desenvolveu um trabalho aprofundado sobre o diploma aprovado. Passados mais de seis meses, e dezenas de audições, um grupo de deputados da Juventude Social-Democrata apresentou uma proposta para a realização de um referendo sobre esta matéria. Esta proposta tinha como principal objetivo impedir a conclusão do processo legislativo. O Tribunal Constitucional, chamado a pronunciar-se pelo Presidente da Republica, declarou inconstitucional a proposta de referendo, considerando que as perguntas não permitem uma "perfeita consciencialização" das e dos cidadãos, tendo ainda acrescentado que estas poderiam levar "à contaminação recíproca das respostas, não garantindo uma pronúncia referendária genuína e esclarecida". -----

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário no dia 24 de Fevereiro de 2014 delibera: Saudar todas as associações, movimentos e ativistas que, ao longo das últimas décadas, se empenharam no combate à homofobia e na defesa dos direitos sexuais; -----

1. Sublinhar a decisão do Tribunal Constitucional, apelando simultaneamente à Assembleia da República para que termine o processo legislativo em curso, sem recurso a qualquer referendo;
2. Apelar aos Grupos Parlamentares com representação na Assembleia da República para que legislem no sentido do reconhecimento do direito pleno à adoção de crianças por casais do mesmo sexo. -----

**A Recomendação Nº 4**, sobre "**Elaboração do Plano Estratégico de Ruído**", foi colocada à votação tendo sido **Rejeitada por Maioria**, com os votos a favor da CDU e BE, abstenção do PSD e com os votos contra do PS -----

Pelos Membros da Assembleia Municipal, **Luís Salmonete e Eduarda Barros**, das bancadas do **PSD e PS**, foram apresentadas declarações de voto que seguidamente se transcrevem: -----



Assembleia Municipal de Odivelas

P  
A  
R

**Luís Salmonete** – Nós abstivemo-nos porque há documentos em falta relativamente ao Mapa Estratégico de Ruído, mas essencialmente a nossa abstenção tem a ver com a deliberação que aqui foi tomada não pelo ponto, mas porque o que a deliberação diz é - face ao exposto a assembleia municipal de Odivelas reunida em plenário no dia 24 de fevereiro recomenda ao executivo que elabore no prazo máximo de seis meses o Mapa Estratégico de Ruído do concelho de Odivelas, elabore não, o termo que devia ser utilizado é - desenvolva o plano de ação, porque o mapa está elaborado, sendo assim não podemos votar a favor.

**Eduarda Barros** - A nossa votação tem como princípio esta mesma razão de que não se pode mandar elaborar uma coisa que já está elaborada.

**A Recomendação Nº 5, sobre "Garantia de pluralidade no Boletim Municipal",** foi colocada à votação tendo sido **Aprovada por Maioria, com os votos a favor da CDU e BE, abstenção do PS e PSD**-----

Pelos Membros da Assembleia Municipal, **Luís Salmonete e Lúcia Lemos**, das bancadas do **PSD e CDU**, foram apresentadas declarações de voto que seguidamente se transcrevem. -----

**Luís Salmonete** - A bancada colocou uma questão ao Bloco de Esquerda que não foi respondida e ficámos sem saber e não votámos por causa disso. Se este é o Boletim Municipal, chamado Boletim Municipal de deliberações que é aquele boletim que é uma "espécie" de Diário da República, daqui da Câmara, do Executivo, do Município ou se é a Revista Municipal? Não foi dada essa explicação e daí a nossa abstenção. -----

Votamos sobre os documentos que temos em nosso poder, não é aquilo que os senhores pensam que nós pensamos. -----

**Lúcia Lemos** - No que diz respeito à garantia da pluralidade do Boletim Municipal, embora este título pareça remeter apenas para um documento, na verdade o que diz o Estatuto da Oposição, é que a oposição deve ter a mesma visibilidade que tem o Executivo em qualquer Município e não é só no boletim impresso aquele que parece mesmo um Diário da República ou no outro com fotografias mais coloridas, é inclusivamente no site camarário. -----

Toda a oposição deveria ter a visibilidade nas suas posições como tem a Câmara, razão pela qual acompanhámos esta proposta. O Estatuto de Oposição não é apenas letra morta, para fazer de conta que há democracia é para se concretizar, aliás a CDU já levantou esta questão em muitos anos atrás, com a falta de pluralidade nos documentos que são para divulgação do trabalho da Câmara." -----



Assembleia Municipal de Odivelas

*(Handwritten signatures)*

Pelas 22h30m registou-se a saída dos Deputados Municipal Miguel Galante e Isabel Coelho, pela bancada do PS -----

**A Proposta de Recomendação Nº 6, sobre "Amianto nas Escolas do Concelho", foi colocada à votação tendo sido Aprovada por maioria, com os votos a favor da CDU, BE e PSD, abstenção do PS -----**

Pelas 22h36m registou-se a entrada dos Deputados Municipal Miguel Galante e Isabel Coelho, pela bancada do PS -----

Retomada a discussão usaram da palavra os seguintes Membros da Assembleia Municipal: -----

**João Curvêlo**, pela bancada do **BE**, proferiu uma intervenção; que seguidamente se transcreve-----

Não respondi ao deputado Luís Salmonete, porque não tinha tempo, mas é obvio que é a revista municipal que assume o nome de boletim para publicação do estatuto de direito de oposição e da diretiva 1/2008 da ERC, creio que está esclarecido este ponto. -----

Mas pedi a palavra, para um requerimento à Câmara através da mesa, para que nos pudesse disponibilizar ainda durante esta reunião, se possível, o mapa do plano estratégico de ruído a todos os deputados municipais. -----

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia** foi dada a palavra ao **Senhor Vice-Presidente da Câmara** para prestar os devidos esclarecimentos. -----

Após este período, o **Senhor Presidente da Assembleia**, propôs ao plenário passar-se de imediato ao **Período de Intervenção do Público**, tendo sido **Aprovado por Unanimidade**.-----

#### -----PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

O **Senhor Presidente da Assembleia** informou todos os presentes que não se registaram inscrições do público. -----

Após este período, o **Senhor Presidente** deu início à discussão dos Pontos integrados na Ordem do Dia acima melhor discriminada. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

*(Handwritten signatures and initials)*

-----  
**PONTO 1 – Regimento da Assembleia Municipal de Odivelas.** -----

-----  
Pelo **Senhor Presidente da Assembleia** foi apresentado o referido ponto. -----

-----  
No âmbito da discussão do ponto usaram da palavra neste ponto, os seguintes Membros da Assembleia Municipal: -----

-----  
**Lúcia Lemos**, pela bancada da **CDU**, foi apresentada uma Proposta para que cada membro de cada bancada intervir durante cinco minutos; -----

-----  
Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi colocado á votação a Proposta, tendo sido **Aprovado por Maioria**, com os votos a favor das bancadas do BE, CDU e PSD e a abstenção da bancada do PS. ---

-----  
**Luís Salmonete**, pela bancada do **PSD**, -----

-----  
Presidente da União de Freguesias Ramada Caneças, **Ilídio Ferreira**, pela bancada da **CDU**,  
**Luís Salmonete**, pela bancada do **PSD**, -----

-----  
**Lúcia Lemos**, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

-----  
Gostaria de felicitar V. Exa. pela ideia que teve em criar uma comissão para a revisão do regimento com a presença de todas as bancadas, acho que é um bom procedimento e também felicitar os trabalhos da comissão, que como V. Exa. disse correram bem, correram em tom cordial, sem que tenham comprometido as divergências políticas de cada força política presente na comissão. -----

-----  
Eu representei a bancada da CDU, e manifestei a posição da CDU em algumas questões que foram levantadas, as que foram possíveis consensualizar assim se fez, as que a CDU discordou assim não se fez, tive também o cuidado de fazer para esta assembleia estudo não muito exaustivo, mas ainda assim algum estudo comparativo dos três últimos regimentos deste órgão, nomeadamente este que estamos agora a rever e gostaria de partilhar convosco que as alterações que foram sendo feitas desde 2001 até agora a estas que vêm à Assembleia. A Assembleia tem uma linha condutora de limitar os tempos da própria Assembleia tem sido em ziguezague, mas sempre no sentido de limitar a intervenção dos deputados municipais e em paralelo aumenta o tempos da Câmara e é curioso que a Assembleia que vai votar hoje o seu Regimento limita os tempos da Assembleia e aumenta os da Câmara e a bancada da CDU não concorda que um órgão se auto limite, se auto mutila, daí a questão dos oito minutos e a questão do PAOD,





Assembleia Municipal de Odivelas

*(Handwritten signatures and initials)*

depois há também um pendor ao longo dos regimentos e que se acentua mais neste hoje que vem aqui hoje de um presidencialismo do regimento ou seja se compararmos os textos do regimento desde 2001 há um acentuar de poder do Presidente da Assembleia um acentuar de várias posições, de várias decisões passarem pelo Presidente aconselhando-se com a comissão permanente, por exemplo no artº 70 al. g) e h) devo confessar não me recordo de ter sido discutida na reunião, mas provavelmente tê-lo-á sido e é sempre no sentido de concentrar vários poderes no Sr. Presidente ainda que assessorado pela comissão permanente resumindo o que é que está aqui em e questão, eu de facto gostava que os Srs. Membros da Assembleia se afastassem um pouco de que é a CDU que está a falar, mas olhem para o texto e vejam que sentido faz um órgão deliberativo que reúne ordinariamente cinco vezes por ano e extraordinariamente, aquelas que decorrerem da necessidade da própria Câmara Municipal, digam que sentido faz este órgão auto limitar-se na sua intervenção. Seria ideal que se consensualizasse de facto aquilo que neste momento nos está a separar. Gostaria de defender os dez minutos de intervenção e que refletíssemos também sobre a questão do PAOD. -----

**João Curvêlo**, pela bancada do **BE**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

Vou abster-me de comentar sobre o processo de elaboração porque não fui eu que estive e não faria sentido que utilizasse este espaço para intervir sobre isso. Queria apenas dizer duas coisas, a primeira é que nós nos congratulamos com a aceitação por parte da mesa da proposta de alteração que apresentámos porque ela está em consonância com a lei, seguiu à última da hora porque nós também só à ultima da hora é que nos apercebemos da alteração da lei e já a anterior tinha a questão dos 30 dias embora a Câmara Municipal não soubesse pois disse-nos que não havia prazo nenhum mas afinal há prazo mas esperemos que seja tão célere a responder quanto a mesa foi célere e respeitadora a incorporar esta proposta e devido à consonância com a lei retiramos a proposta de alteração ao artigo 59 e assim não haverá votação sobre isso. -----

**Susana Santos**, pela bancada do **PS**, -----

**Edgar Valles**, pela bancada do **PS**, -----

**Lúcia Lemos**, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

Retomando o raciocínio que tinha há pouco e agora dentro da intervenção deste ponto. De facto o que nos divide neste momento não é muito, em relação à consensualização do texto. -----

O Sr. Membro Edgar Valles, veio aqui dizer que não é muito, nem oito nem dez, fiquem lá dez! Sr. Deputado Edgar Valles, só para clarificar: a questão dos oito e dos dez minutos. Sempre foi dez minutos e a questão é que só no mandato anterior é que passou para oito e portanto o erro não está agora querer repor os dez



Assembleia Municipal de Odivelas

P  
S  
D

minutos, o erro esteve em retirar os dez minutos, porque se de facto tanto faz oito como dez, dez é uma conta redonda e portanto é um número mais redondo e só teríamos aquilo que esteve em vigor nos dois regimentos anteriores, desde 2001. O Regimento anterior de facto pôs oito minutos sem qualquer explicação plausível. -----

A proposta é ir buscar aquilo que já existia, no fundo olhar para a história também faz bem. A história de que dez minutos divididos por cada membro da Assembleia parece-nos adequado, mesmo com capacidade de síntese e ela é ilegível a todos os que participam neste órgão, inclusive para a Câmara, o que eu não entendo ou não entende a CDU é como a capacidade de síntese tem que estar nos membros por excelência do órgão, que são os membros da Assembleia, mas depois à Câmara a capacidade de síntese tem banda larga e portanto, para a Câmara até se aumenta o tempo. -----

Os dez minutos, penso que é mais ou menos de bom senso, se quiserem utilizar esta figura que é sempre muito subjetiva, seria apenas repor aquilo que esteve sempre em vigor e posso mostrar os textos dos regimentos anteriores. -----

Em relação aos PAOD, de facto seria interessante que este documento fosse aprovado por unanimidade, mas sejamos minimamente razoáveis. Se não há assembleias extraordinárias com frequência, se haverá uma por mês, cumpre-se aquilo que o PS e o PSD querem no PAOD, se houver mais do que uma assembleia também só haverá intervenções no PAOD se quiserem. O que se pretende é: não ficar no Regimento uma limitação, para por exemplo no decurso de um determinado mês em que há uma ou duas reuniões extraordinárias, tenha surgido algum tema importante na política nacional ou da política local e que nós representantes dos Municípios de Odivelas não possam abordá-lo, porque não à PAOD. -----

Achamos que são duas propostas perfeitamente razoáveis: Voltar a ter dez minutos, e ter PAOD nas sessões extraordinárias e o porquê de auto limitar. -----

Podemos evoluir para uma proposta que é: nas sessões extraordinárias, para além da primeira do mês, PAOD sem prolongamento e aí já ficamos a saber que naquelas que forem a seguir à primeira não há prolongamento, só há a possibilidade de prolongamento. -----

Quando faço aqui algumas propostas não é do ponto meramente egoístico e Sr. Deputado Edgar Valles, devemos ter a noção que vivemos num estado de direito e não evoquem o nome do "direito" em vão, as regras são fundamentais sobretudo para proteger os mais desfavorecidos, ou seja as regras devem proteger todos porque hoje os senhores estão ao poder mas amanhã se calhar não. -----

**Paulo Sousa**, pela bancada do **BE**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve -----

Sr. Presidente apenas para fazer um esclarecimento relativamente às propostas que retirámos. -----

Retirámos logicamente o artigo 59 e o artigo 64." -----

**Susana Santos**, pela bancada do **PS**, -----



Assembleia Municipal de Odivelas

*(Handwritten marks: a circle, a large 'X', and a signature)*

**Luís Salmonete**, pela bancada do **PSD**, -----

**Edgar Valles**, pela bancada do **PS**, -----

**Fernando Painho**, pela bancada da **CDU**; proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

Se há ponto que me preocupa seriamente numa democracia portuguesa é a limitação do espaço público, se algum défice que podemos sentir neste momento do nosso país, é desse espaço público de participação alargada de toda a gente nos debates. -----

Este é um órgão que por ter sido eleito pela população do concelho não pode prescindir desse papel e é óbvio que uma parte desse papel está e é possível trazer para o debate público através dos pontos antes da ordem do dia. Qualquer retrocesso neste processo, na minha opinião, é negativo porque é limitativo trazer a este órgão que deve ser de facto um espaço público amplo de debate de problemas que eventualmente sejam de importância numa determinada situação. -----

Gostava de dizer o seguinte: creio que nada substitui o bom senso e que há uma eurocracia moderna que tenta regulamentar tudo, desde a dimensão dos galinheiros, até mil e uma coisas, sem cair nesses extremos, creio que deveríamos tentar ter aqui um Regimento consensualizado. Mas um Regimento que limitasse de forma nenhuma a capacidade de intervenção de qualquer um dos membros quanto aos famigerados oito dez minutos eu subscrevo aquilo que a Lúcia Lemos disse até porque por experiência a própria não sei se, se recordam tive que acabar a intervenção a correr por sugestão do Sr. Presidente, porque faz aquilo que deve que é cumprir o regimento. O espaço público da democracia portuguesa neste momento está extremamente esmagado, esmagado pela comunicação social, esmagado pelos comentadores que aparecem na televisão e as palavras divergentes estão muito tiradas daquilo que é o espaço público. -----

**Luís Salmonete**, pela bancada do **PSD**, -----

**Susana Santos**, pela bancada do **PS**, -----

**Armindo Fernandes**, pela bancada da **CDU**; proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: ----

“Não venho acrescentar muito mais, apenas dizer que a minha camarada Lúcia Lemos já aqui colocou uma questão de que nos PAOD, podíamos evitar os prolongamentos. Era uma forma de consciencializar alguma coisa e de alguma forma evitar alguns gastos desnecessários. Mas também não podemos aceitar aqui algumas questões aqui colocadas e evocaram aqui o Regimento de uma Freguesia que não tem nada a ver com este Regimento, é completamente diferente. Por outro lado dizer também que este assunto que estamos aqui a debater, um regimento para quatro anos e não queremos aqui dizer, ou pegar nas palavras



Assembleia Municipal de Odivelas

*(Handwritten signatures and initials)*

do Deputado Luís Salmonete “que há sempre a boa vontade da mesa”, não devemos ter esperança em boas vontades, porque um dia até pode haver uma má vontade e depois ficam as coisas inquinadas. Creio que as coisas devem estar todas consensualizadas no Regimento que estamos aqui a aprovar para quatro anos e parece-me que é importante encontramos aqui uma base de consenso e uma aprovação por unanimidade, porque creio que o que está aqui em divergência não é nada de importante que não se possa consensualizar, porque este tempo poderá nos fazer falta e até pode ser que alguém dos nossos não tenha o poder de síntese. -----

Presidente da União de Freguesias Ramada Caneças, **Ilídio Ferreira**, -----

**Susana Santos**, pela bancada do **PS**, -----

Pelas **23h40**, os trabalhos foram interrompidos. -----

Pelas **23h50** os trabalhos foram retomados. -----

Retomada a discussão usaram da palavra os seguintes Membros da Assembleia Municipal: -----

**Lúcia Lemos**, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto

**Eduarda Barros**, pela bancada do **PS**, -----

**Fernando Painho**, pela bancada da **CDU** proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

Eu queria só esclarecer que quando falei nos eurocratas não que queria referir a esta assembleia municipal, estava-me a referir a um funcionamento europeu, sobre o qual devemos refletir e refletir com a mente devidamente aberta, de facto passa-se muita coisa e há burocracia a mais nesta EU não vale a pena fingir que ela não existe, não foi qualquer ataque a esta assembleia municipal. -----

Mas quero aqui referir que há muito défice de discussão pública em Portugal e é tão notório que por vezes é muito importante trazer temas nacionais e com certeza todos os membros do PS se devem ter apercebido da monumental campanha de falsificação daquilo que é a atual situação política portuguesa que o governo promoveu e a própria deputada Eduarda Barros sentiu necessidade de falar dela hoje nem que fosse de raspão pois há de facto temas que têm enorme pertinência serem aqui trazidos daí a importância do PAOD, nada pode regulamentar o bom senso e creio que os eurocratas que hoje comandam a EU o que tentam fazer é regulamentar o bom senso mas é regulamentá-lo em nome dos grandes grupos económicos e financeiros que eles tanto defendem. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

Pelo **Senhor Presidente**, foram colocados a votação os artigos (números: 1,3,4,5,8,10,14,23,24,31,37,41(á exceção do ponto numero 7),42,44,46,52,58,68,69,70,71,72 onde existia consenso tendo sido Aprovado por **Unanimidade** -----

Pelo Senhor Presidente foi colocado à votação o **Artigo 40º** tendo sido Apresentado duas propostas Proposta. A sendo apresentada pela Mesa e a Proposta B apresentada pela Bancada do BE e CDU ----- Colocada à votação foi aprovado por Maioria a Proposta A pelas bancadas do PS e PSD e a Proposta B pelas bancadas da CDU e BE -----

Pelo Senhor Presidente foi colocado à votação o **Artigo 41º (ponto nº7)** tendo sido Apresentado duas propostas. A Proposta A sendo apresentada pelo PS e PSD e a Proposta B apresentada pela Bancada do BE e CDU ----- Colocada à votação foi aprovada por Maioria a Proposta A, pelas bancadas do PS e PSD, tendo a Proposta B merecido os votos das bancadas da CDU e BE -----

Pelo Senhor Presidente foi colocado à votação o **Artigo 43º (nº 3)** tendo sido Apresentado duas propostas. A Proposta A sendo apresentada pelo PS e PSD e a Proposta B apresentada pela Bancada do BE e CDU -- Colocada à votação foi aprovada por Maioria a Proposta A, pelas bancadas do PS e PSD, tendo a Proposta B merecido os votos das bancadas da CDU e BE -----

Pelo Membro da Assembleia Municipal Luís Salmonete e Lúcia Lemos pelas bancadas do PSD, e CDU foi apresentada uma declaração de voto que seguidamente se transcreve -----

**Luís Salmonete** - Temos em primeiro lugar de saudar o facto da esmagadora maioria do Regimento ter sido consensual entre as várias bancadas. -----

Nos três pontos onde não houve consenso e recorreu-se à votação deveu-se essencialmente ao facto da CDU pretender que houvesse um aumento de tempo para as intervenções individuais nos pontos da ordem de trabalhos, que, pensamos ser suficiente manter-se como está, no facto de só uma das reuniões extraordinárias que eventualmente se venham a efetuar-se num mês é que tenha PAOD e no aumento do tempo atribuído ao executivo.-----

Para nós são pontos que não se revestem na prática de grande importância e que não retiram a democraticidade que é apanágio da Assembleia Municipal de Odivelas. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

*(Handwritten signatures and initials)*

Pensamos que o Regimento é um documento equilibrado e que a qualquer momento poderá ser modificado se verificar-se que não funciona a contento de todas as bancadas. -----

Por esse facto votámos favoravelmente. -----

-----  
**Lúcia Lemos** - A bancada da CDU pretendia de facto criar condições para que este regimento obtivesse a unanimidade do órgão, achamos contudo que as três questões que estão aqui e que fazem divergir à partida as posições e provavelmente as votações, para a CDU são questões muito importantes primeiro porque este é um órgão deliberativo é um órgão municipal de representação de todos os munícipes de Odivelas e é o sítio onde os eleitos municipais podem dar voz aos munícipes, cada um de nós aqui eleito deve ter pelo menos dez minutos dividido por duas intervenções pelo menos nos períodos da ordem do dia, qualquer coisa diferente disto foi um mau exemplo no mandato que terminou de 2009 a 2013, pelos vistos foi um vírus que se infiltrou no Regimento e que nós agora queríamos vacinar, talvez não consigamos os tempos não são bons exemplos na saúde e se a Assembleia Municipal de Odivelas votar oito minutos para cada membro da Assembleia a infeção vai continuar no Regimento portanto a posição da CDU em relação aos dois minutos foi a que foi manifestada nas reuniões da comissão de elaboração do Regimento e é assim que vamos votar. -----

Relativamente ao PAOD consideramos também que nos parece uma falsa questão ir buscar em termos comparativos ao que se passava antes quando as reuniões eram de continuidade ir buscar eventuais comparações com regimentos de assembleia de freguesia que não têm nada a ver com a assembleia municipal e porque é que nos parece que é um mau exemplo porque quem apresenta o argumento o PS e o PSD imediatamente se desdizem porque por um lado dizem que não vai haver assim tantas assembleias, não vão haver assim tantas extraordinárias uma reunião com PAOD chega perfeitamente, se houver necessidade marca-se outra mais próximo do fim do mês para apanhar logo o princípio do mês, mas isto em direito o juristas sabem é uma coisa que se chama é fazer entrar pela janela aquilo que não se pode fazer entrar pela porta, dito mais no sentido técnico se isto fosse noutro contexto era uma fraude à lei, por isto achamos que as assembleias devem ter PAOD -----

-----  
Dado o Adiantado da hora, pelo Senhor Presidente da Assembleia foi colocado à consideração do plenário a retirada dos pontos, 2, 3, 4 e 5 da presente Ordem de Trabalhos, tendo sido aprovada por unanimidade. -----  
-----  
-----

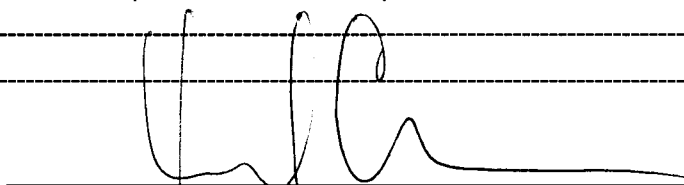


Assembleia Municipal de Odiveelas

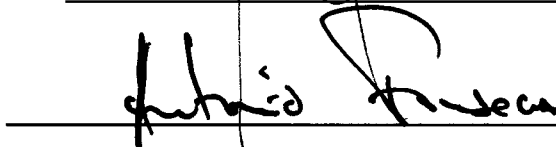
Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente** declarou encerrada definitivamente a Sessão pelas 00h25, dela se tendo lavrado Minuta, a qual, depois de lida pelo 1.º Secretário e aprovada pela Assembleia, foi assinada pelo 1.º Secretário, pelo 2.º Secretário e pelo Senhor Presidente. -----

-----

O Senhor Presidente



O 1º Secretário



O 2º Secretário

